

A APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE

Desigualdades sincrônicas e diacrônicas

A visão que temos do excedente funda-se em duas apreensões distintas da realidade social. A primeira é de tipo estrutural e se relaciona com a percepção da estratificação social, das desigualdades de níveis de renda e padrões de consumo em um momento dado. A segunda liga-se à percepção das desigualdades no tempo, ou seja, da relação de causalidade entre a transferência no tempo da utilização final do produto e o aumento da produtividade do trabalho.

A face mais visível do excedente e a mais facilmente mensurável traduz o fenômeno das desigualdades sociais em um momento dado: as relações de dominação que se manifestam em todas as sociedades e engendram a estratificação social. Mas existe uma segunda forma de desigualdade também gerada pelo excedente: é a produzida por toda decisão sobre a utilização final dos recursos que privilegia o futuro com respeito ao presente. Portanto, o excedente tem uma dimensão sincrônica e outra diacrônica e nos dois casos é a expressão de um poder que conforma a utilização do produto social e define o horizonte temporal de sua utilização.

A ausência de excedente significaria não apenas que a sociedade em questão é perfeitamente igualitária, mas também que o futuro tenderia a ser a simples reprodução do presente. Neste caso, o custo de reprodução da população absorveria a totalidade do produto social. Toda e qualquer modificação dessa situação teórica limite, no sentido de privilegiar uns grupos sociais com respeito a outros e/ou o futuro com res-

peito ao presente, requer a geração de um excedente. O crescimento da população por si só exige um esforço de acumulação para instalar os recém-chegados como força produtiva e como consumidores. Esta, com efeito, é a forma mais simples de geração de excedente. Sendo rígida a base de recursos naturais — hipótese que se apresenta quando as melhores terras já estão ocupadas —, surge o obstáculo dos rendimentos decrescentes e o seu corolário que é o freio malthusiano.

A segunda forma de excedente compatível com uma sociedade não estratificada é a constituição de um fundo de reserva destinado a ser utilizado em possíveis períodos futuros de vacas magras, ou a financiar um sistema de defesa da coletividade. Ora, esse fundo de reserva também pode ser utilizado para alimentar um intercâmbio externo e, por essa forma, possibilitar a diversificação dos padrões de consumo. Por último, o fundo de reserva pode ser canalizado para o sistema produtivo, liberando uma parte da mão-de-obra que será destinada à produção de instrumentos de trabalho em benefício do futuro. O fundo de reserva é, portanto, a forma mais simples de excedente destinado a criar desigualdades diacrônicas.

O modelo de sociedade igualitária constitui simples hipótese especulativa, porquanto a história nos depara por toda parte exemplos de sociedades estratificadas. Diferenciar pela vestimenta decorativa e pela habitação suntuária os que exercem funções de mando na guerra e os que manipulam o sobrenatural é traço visível em todas as culturas em todos os níveis de desenvolvimento da técnica. Pode-se, portanto, afirmar que a busca de legitimação do poder, mediante a acumulação de símbolos ornamentais, constitui a forma mais simples de extração de excedente. O uso do poder para diferenciar os padrões de bem-estar dos que o exercem e de seus protegidos constitui forma secundária, simples prolongação da primeira. Em todo caso, ali onde existem estruturas de poder, está presente um excedente, que é a expressão material da diferenciação social. Foi a preocupação com essa diferenciação (a busca de novos recursos para realizá-la) que levou a canalizar o excedente para o intercâmbio externo e, finalmente, para o desenvolvimento das forças produtivas. As desigualdades sincrônicas certamente antecederam às diacrônicas, cabendo admitir que as últimas sejam fruto do esforço para aprofundar as primeiras. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas foi por muito tempo um subproduto do empenho dos grupos dominantes em aprofundar a diferenciação social.

A desigualdade sincrônica encontrou os seus limites na escravidão: tocado esse chão, toda tentativa de ampliação do excedente conduziria à senda do aumento de produtividade, seja pelo intercâmbio externo, seja pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Assim sendo, o avanço da técnica esteve sempre intimamente ligado ao tipo de sociedade (à forma de dominação social) em que ele é engendrado. Se na sociedade capitalista a técnica está principalmente orientada para dar origem a um fluxo de novos produtos, é que as forças que a impulsionam estão empenhadas em aprofundar a diferenciação social. Mas, se também existe uma intensa difusão das novas técnicas — difusão que opera no sentido da homogeneização social —, é porque outras forças se contrapõem às primeiras. Com efeito, a sociedade capitalista moderna está modelada pela interação de complexas forças sociais que, por um lado, pressionam no sentido de reproduzir a estratificação social e, por outro, no de banalizar padrões de consumo antes reservados a minorias privilegiadas. Mas como são as forças do primeiro grupo que exercem a liderança, em quase todos os níveis os padrões de consumo apresentam um elevado coeficiente de desperdício. O que se banaliza mediante a difusão da técnica reflete em primeiro lugar a preocupação com a diferenciação social e apenas num segundo plano com o bem-estar da coletividade.

As formas primárias de apropriação do excedente

Sempre que as sociedades alcançaram um certo grau de complexidade, a apropriação do excedente apresentou-se sob duas formas básicas: a *autoritária* e a *mercantil*.

A todo sistema de dominação social — o enquadramento da população para a guerra ou para a produção inclui-se entre as formas mais simples — corresponde necessariamente a geração de um excedente. O caso extremo do excedente gerado autoritariamente é dado pela escravidão. Os sistemas de taxaço têm origem idêntica, o que não impede que eles hajam evoluído no sentido da legitimação pelo consenso dos indivíduos tributados. Formas mais sutis de extração autoritária do excedente são as normas que regem as profissões hereditárias, que freiam a mobilidade geográfica das pessoas, que impedem a circulação de bens, que restringem o acesso à terra arável e à água. Formas ainda mais

sofisticadas são os sistemas de patentes, o controle da informação, o controle do acesso às escolas de prestígio e coisas similares. Por definição, toda vez que se apresentam assimetrias nas relações entre os membros de uma sociedade cabe imaginar que está subjacente um processo de apropriação autoritária de excedente.

A segunda forma primária de apropriação do excedente — a *mercantil* — funda-se nas operações de intercâmbio. Ela também gera a estratificação social, mas o seu ponto de partida não é a dominação, e sim o aumento de produtividade criado pela especialização que é possibilitada pelo intercâmbio. Com efeito, o intercâmbio pode existir no quadro de relações simétricas, ou seja, entre parceiros totalmente independentes um do outro. É verdade que todo intercâmbio pressupõe um fluxo de informações, cujo controle por um ou outro dos que o praticam rompe a simetria da relação. Mas neste caso a apropriação do excedente envolve um elemento de autoridade.

Em todas as sociedades complexas as duas formas primárias referidas apresentam-se combinadas das maneiras mais variadas. No mais das vezes, a forma autoritária alimenta os canais da comercialização. Assim, a produção agrícola baseada no trabalho servil foi por muito tempo a fonte de excedentes comercializados internacionalmente. Nem sempre é fácil saber onde termina uma forma e onde começa outra: é o caso, por exemplo, da renda de um agente que ocupa uma posição estratégica, ou está na vanguarda tecnológica. Como não reconhecer que uma empresa como a IBM está em condições de administrar certos preços e por esse meio captar um excedente que não é exatamente de origem mercantil? Como separar o critério mercantil do autoritário no caso da exploração monopolista de um serviço público? Que dizer do especulador que, mediante a manipulação da informação, obtém um ganho de capital com a valorização de ativos imobiliários?

Se é verdade que as duas formas primárias de apropriação do excedente coexistiram por toda parte, foi a predominância de uma ou de outra que definiu o perfil das estruturas sociais. Historicamente, à forma mercantil coube sempre um papel complementar, prevalecendo a forma autoritária como fator principal na configuração das estruturas sociais. Mesmo na Inglaterra de capitalismo avançado do século XIX, a classe dominante — a julgar pela composição do Parlamento, inclusive da Câmara dos Comuns — se constituía principalmente de grandes proprietários de terras. As civilizações essencialmente de base mercan-

til, que nos depara a história, sempre viveram em simbiose com outras em que o excedente era basicamente extraído por via autoritária.

Contudo, não é difícil perceber que a via de apropriação autoritária esgota rapidamente as suas possibilidades: o aumento da carga fiscal tem limites, a renda do monopolista restringe o mercado etc. Ao contrário, a via mercantil, pelo fato de que promove a especialização e a divisão do trabalho, põe em marcha um processo de geração de novos recursos. Em síntese, a via mercantil gera ela mesma recursos que alimentam o excedente, ao passo que a via autoritária reduz-se a transferir recursos. (A realidade é certamente mais complexa, pois a disciplina de trabalho e a segurança nos meios de transporte e comunicação que acompanham a via autoritária podem repercutir positivamente na produtividade.) A diferença assinalada é particularmente importante do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, que de algum modo se confunde com a ascensão da forma mercantil de apropriação do excedente.

O intercâmbio não se funda apenas na especialização: requer a estocagem de produtos, o transporte destes a distâncias maiores ou menores, meios de proteção etc. Toda uma infra-estrutura de meios de transporte, de armazenagem e de segurança está por trás das operações de comércio. Essa infra-estrutura e os bens cuja utilização é transferida no tempo, em função das exigências do comércio, constituem uma imobilização de excedente. Esse excedente utilizado como meio para extrair um outro excedente, seja como instrumento do intercâmbio, seja como vetor das técnicas de produção, denomina-se bens de capital.

Capitalismo e revolução burguesa

O termo genérico de capitalismo tem sido usado com referência a formas de organização social que se configuram quando a apropriação do excedente se funda principalmente no controle dos bens de capital. Com o crescimento do estoque desses bens, aumenta a importância da divisão diacrônica do trabalho, vale dizer, mais o produto de hoje depende de trabalho realizado no passado. Manter sob controle o fruto desse trabalho é ocupar uma posição de força *vis-à-vis* daqueles cujo trabalho presente forma um todo com o trabalho passado. Durante muito tempo o capitalismo existiu como simples forma complementar

de organização social, circunscrito a certas regiões urbanas. Mas, se por toda parte prevalecia a dominação social fundada na apropriação autoritária do excedente, certas comunidades dominadas por uma classe mercantil não somente lograram autonomia, como ainda exerceram tutela sobre regiões em que predominava a forma autoritária de extração do excedente. O poder das comunidades especializadas em atividades mercantis decorria de que o intercâmbio por elas promovido era fonte de elevação de produtividade, de diversificação dos padrões de consumo e de difusão de novas técnicas.

A importância histórica da revolução burguesa europeia, que se desdobra entre os séculos XVI e XIX, está em que ela produziu a generalização e a predominância da forma mercantil de apropriação do excedente. A classe mercantil que controlava grande parte das cidades europeias no século XVI não era muito distinta das classes mercantis que haviam existido em épocas anteriores. Mas, graças à posição hegemônica que alguns povos da Europa começaram a ocupar no mundo — o que permitiu impor um comércio desigual com o Oriente, pilhar a África e daí extrair milhões de escravos, apropriar-se dos metais preciosos das Américas, para citar alguns fatos mais salientes —, o excedente à disposição da classe mercantil europeia cresceu consideravelmente. No processo de apropriação do excedente dentro da própria Europa o capital mercantil passou a desempenhar um papel de importância crescente. Surgiram assim condições para que a classe mercantil ocupasse posições cada vez mais fortes na luta pelo controle do poder político. A partir de então, a evolução das instituições que formam o sistema de tutela social estará marcada pela ascensão da classe mercantil. Idéias como a de *fronteiras econômicas* levam à de protecionismo, e também à de relações exteriores como um quadro para o intercâmbio. Elas abrem o caminho para o conceito de Estado-nação, instrumento de uniformização de culturas, de imposição de uma língua geral, enfim de transformação de populações heterogêneas em massas consumidoras com necessidades padronizadas.

A revolução burguesa não é outra coisa senão a ascensão da classe mercantil europeia a posições de força que lhe permitirão desmantelar o sistema tradicional de apropriação autoritária do excedente, ou pelo menos colocá-lo em situação de dependência. De um lado, a economia artesanal — organizada em corporações de ofício que administravam os preços e disciplinavam o acesso às funções de mando — será

progressivamente minada pela concorrência de atividades mais ágeis utilizadoras de “trabalho livre”. De outro, as velhas estruturas de dominação feudal serão desarticuladas ou cooptadas mediante o arrendamento de terras possibilitado pela acumulação de recursos financeiros.

Tanto nas atividades manufatureiras como nas agrícolas viria a predominar o regime salarial. A terra e o trabalho humano são por essa forma transfigurados em “instrumentos da produção”, correspondendo-lhes um valor de troca que os coloca no mesmo plano dos bens finais que eram tradicionalmente objeto de intercâmbio. A atividade mercantil, antes limitada à circulação dos bens, tende a verticalizar-se, absorvendo o processo produtivo. A atividade produtiva deixa de ser um conjunto de relações estáveis entre pessoas — no âmbito de uma corporação de ofício ou de uma propriedade senhorial — para transformar-se numa “combinação de fatores” em grande parte intercambiáveis e sujeitos a cotações de mercado. Porque tudo é objeto de intercâmbio, a apropriação mercantil do excedente generaliza-se, o que permitirá considerar um número crescente de atividades humanas como sendo de natureza econômica.

À apropriação autoritária do excedente correspondia uma organização social hierárquica, de reduzida mobilidade, na qual cada ator desempenhava um papel que estava programado quando ele se incorporava à sociedade. A técnica nesse quadro integrava-se na herança cultural transmitida de geração a geração no âmbito de atividades que prolongavam a vida familiar. O sistema de castas constitui o limite a que tendesse tipo de organização social. Em tal contexto, dificilmente penetra a idéia de produtividade, quando não seja em função do impacto de fatores exógenos, como as condições meteorológicas, as guerras etc. Em condições de abundância de recursos naturais a população tende a crescer. Degradados esses recursos, funciona o freio malthusiano.

A atividade mercantil baseia-se no cálculo: preços de compra e venda, custo de transporte, do armazenamento etc. Tudo isso referido a um denominador comum, bem de aceitação geral, que vem a ser a moeda. A idéia de produtividade nada mais é senão a expressão desse cálculo. Ora, se a produtividade pode ser aumentada, mediante engenho e arte, é que a atividade mercantil produz riqueza. Compreendese, portanto, que os critérios mercantis tendam a prevalecer quando penetram em atividades que excluem a idéia de produtividade. Por outro lado, numa sociedade em que a atividade produtiva está regida por cri-

térios mercantis, o nível de emprego da população passa a ser regido pelas condições dos mercados. A sobrevivência dos trabalhadores já não é assegurada pela organização social, como ocorria na época em que se herdava o ofício ou o direito de acesso à terra arável. A segurança individual somente poderá ser recuperada mediante um grande esforço de organização das massas trabalhadoras e do acesso destas às estruturas de poder que tutelam o sistema econômico.

A evolução da sociedade capitalista compreende, portanto, duas fases perfeitamente definidas. A primeira está assinalada pela desarticulação das formas de dominação social apoiadas na apropriação autoritária do excedente e nas formas de ascensão da classe mercantil à posição hegemônica. A segunda é definida pela emergência da organização das massas trabalhadoras como elemento de crescente importância nas estruturas de poder. Ao contrário da primeira fase, na segunda o custo de reprodução da população tende a crescer mais que o produto, ocorrendo maior homogeneização social.

VII

A ESTRUTURA CENTRO-PERIFERIA

Consolidação do primeiro núcleo industrial

A consolidação, na segunda metade do século XVIII, de um primeiro núcleo industrial, germe de um sistema econômico que alcançaria dimensões planetárias, é um episódio da história social européia. Longe de pretender "explicar" esses fatos com base em categorias abstratas, limitar-nos-emos a constatá-los. Pouca dúvida pode haver de que o controle do sistema de produção pela burguesia tendeu a acelerar a acumulação canalizada para as forças produtivas. Mas as circunstâncias que abriram caminho para esse controle e concentraram geograficamente os seus efeitos são fatos da História. Concomitantemente com a consolidação manifesta-se a força gravitacional desse núcleo, cujos efeitos se farão sentir em áreas de importância crescente. Com efeito, a força expansiva do primeiro núcleo industrial foi considerável; ela é o ponto de partida de um conjunto de processos que tenderão a unificar a civilização material em todo o mundo. Tudo se passou como se o espaço em torno do núcleo industrial tendesse a se modificar por indução externa ou de forma reativa. Essas modificações, entretanto, estiveram longe de ser uniformes. Na realidade, cabe distinguir três processos de transformação social causados pela força expansionista do primeiro núcleo industrial:

1. *Ampliação e aumento de complexidade do núcleo inicial.* As atividades artesanais e o sistema feudal de controle social tenderam a desmantelar-se num raio de ação crescente em torno do referido núcleo. É nas ilhas britânicas que o processo apresenta a maior virulência, esti-